

“Um povo que não tem memória, já morreu ou está morrendo!” - Berthold Brecht

Anistia Política

Orgão de divulgação
da
Associação Pernambucana de
Anistiados Políticos - APAP

Recife (PE), Janeiro / Março de 2015

Ano XIII - Nº 42

Em relatórios denúncia e repúdio à onda de violência no campo em 2014

O Brasil lidera, pelo **quarto** ano consecutivo, a lista de países que mais tiveram ativistas *ambientais* e *agrários* assassinados. E a maioria das mortes desses militantes ocorreu por disputa de terra.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), que monitora a violência no campo há **30** anos, diz que, em **2014**, foram mortos **36** ativistas de causas da terra e do meio ambiente no país. Segundo informou, o Estado mais violento foi o Pará, onde ocorreram **nove** mortes, seguido por Maranhão e Rondônia (com **cinco** mortes cada).

Em evidência, com base nessas estatísticas, a diretoria e a coordenação da CPT divulgaram uma nota pública na qual denunciam e repudiam a onda de violência no campo, intensificada nos meses de **Julho** e **Agosto** do ano passado. De acordo com as informações, do **Centro de Documentação da CPT “Dom Tomás Balduino”**, foram relacionados **23** assassinatos em conflitos no campo. No levantamento de dados, o Centro documentou um sangrento mês de **Julho**, com **sete** assassinatos em **20** dias, em **quatro** Estados da federação. No mesmo período de **2013**, o número de assassinatos registrados era de **21** mortes identificadas.

O ano de **2014** se apresenta como mais violento que o ano anterior:

"A violência está sempre presente em todo o território nacional, diante dos olhos das autoridades, que deveriam

agir de forma a exterminá-la, definitivamente. O ouvidor agrário nacional, assim como a Secretaria de Direitos Humanos, tem acompanhado todas as denúncias, ameaças, indícios de irregularidades, mas nada foi feito em vista de barrar o avanço dos assassinatos e do extermínio dos povos do campo”, afirma a CPT no seu relatório, expressando preocupação.



Toda essa violência se dá no momento em que a **Reforma Agrária** estaria sumindo dos programas de governo, favorecendo o agronegócio. Ao mesmo tempo em que não está sendo contemplada a demarcação de terras de *indígenas* e *quilombolas*.

Em relação aos grupos sociais envolvidos nessa crucial questão, as ações são, frequentemente, de um **alto grau** de letalidade contra alvos selecionados (*organizações dos sem terra* e *trabalhadores rurais*), e seus promotores são ligados a grupos da **elite histórica** agrária (*fazendeiros, comerciantes locais* e *empresas*), mediante a contratação de “pistoleiros” e milícias para fazerem o “trabalho sujo” deles.

A violência no campo, por todo o país, é um processo de violência difusa, de caráter *social, político* e *simbólico*, que se materializa de diversas formas. No qual, se registra a presença do **aparelho repressivo** estatal, comprovado pela frequente participação das polícias *civis* e *militares* em atos de repressão e despejo em ocupações de terra.

Pedido de justiça
e indignação quanto ao relatório
que foi apresentado

Pág. 2

As mulheres e as lutas
contra as violações da sua real
autonomia em vida

Pág. 3

Em defesa dos
trabalhos de busca de restos
mortais dos desaparecidos

Pág. 4

É preciso passar a limpo o passado e punir os torturadores

Inicia-se o ano com muitas pendências em relação a 2014, após a apresentação de um relatório da *Comissão Nacional da Verdade (CNV)*, que só veio a acentuar as dificuldades pelas quais ainda se passa em termos de esclarecimentos quanto à *verdade* dos fatos e à *punição* de todos os agentes torturadores.

Essa é uma *lacuna* irreparável, tendo em vista que o Brasil realizou uma das piores redemocratizações de toda a América Latina, deixando o tempo passar. A escolha pela participação eleitoral, ignorando as *atrocidades* praticadas pelo regime ditatorial de 1964 a 1985, foi uma opção das esquerdas omitir-se perante o acontecido. Portanto, neste caso, tudo o que se pretende fazer agora em diante encontra pela frente *obstáculos* quase intransponíveis.

Ao comentar a recomendação que foi feita naquele relatório para que sejam intensificadas as *buscas* aos “desaparecidos” nos anos de arbítrio e de exceção, a atual presidente da *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*, a procuradora regional da República, *Eugenia Gonzaga*, disse que é *impossível* atender à solicitação com os recursos que o governo destina à realização dessas ações. Uma das principais missões da comissão seria a procura dos *restos mortais* destes “sumidos” forçados.

De outro lado, tem-se a falácia de que a *Lei de Anistia Política* de 1979 prevê o “*perdão*” a todos os que “cometerem crimes políticos e conexos”, incluindo os agentes públicos torturadores *civis* e *militares*. Uma interpretação contrária à Jurisprudência internacional, na qual se explicita que os “crimes de lesa humanidade” são *imprescritíveis* para todos os fins e efeitos. Ora, os opositores da ditadura já pagaram pelos *supostos* delitos que cometeram em *sessões de extrema violência* por parte dos órgãos da repressão, além das *condenações* que sofreram. Enquanto isto, os agentes que *praticaram os crimes* contra a pessoa humana, nunca foram sequer processados pelos *abusos perpetrados* em cárceres ilegais e pela *ocultação de cadáveres* dos que foram assassinados nos porões da ditadura.

Não obstante, o *Ministério Público Federal (MPF)* tem exercido um papel destacado, denunciando os *responsáveis* pelos processos de *tortura e morte*, numa corrida contra o tempo e a impunidade, apesar de todos os impasses. Atitude destemida e consciente que nos leva a *apoiar* os esforços e a determinação de alguns procuradores em suas investigações para se estabelecer a *verdade* e a *justiça*, já que da *memória* cuidamos nós mesmos, sobreviventes dos anos de terror e arbítrio, bem como as novas gerações que se engajam na luta pelo resgate desta história.

Passar a limpo o nosso passado ditatorial recente, é mais do que preciso... É uma necessidade premente para se fortalecer as *liberdades democráticas* de hoje em contraposição aos regimes autoritários em geral.



**Preservar a memória
é uma forma de se
construir a história!**

APAP 17 ANOS (1998/2015)

É preciso justiça, diz irmã de vítima após relatório da CNV

Familiares de vítimas da ditadura brasileira (1964-9185) tiveram reações diversas em relação ao final dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), após entrega de relatório no final do ano passado.

Eliana de Castro é irmã do militante *Teodoro de Castro*, conhecido como *Raul* e que desapareceu durante o episódio conhecido como *Guerrilha do Araguaia*, participou da cerimônia de entrega do referido documento, mas disse não se sentir “à vontade” com o final dos trabalhos da comissão, que deixou muito a desejar.

“*Eu não me sinto à vontade, não. Em primeiro lugar, porque eu ainda não conheço o relatório e, em segundo lugar, porque os desaparecidos continuam desaparecidos. Pra mim, pessoalmente, ainda não tem o que celebrar*”, disse ela num emocionado desabafo.

Oficialmente, a *Guerrilha no Araguaia*, ocorrida nos anos 70 na região do vale do rio Araguaia, na divisa entre Tocantins e Pará, deixou 69 pessoas desaparecidas. Em mais de dois anos de trabalho, a CNV só conseguiu atestar a localização de três desaparecidos políticos.

Erundina diz que comissão foi covarde e traiu familiares

Aos 80 anos, *Luiza Erundina*, deputada federal pelo *Partido Socialista Brasileiro (PSB)*, expressou à *BBC Brasil* suas *críticas* ao que chamou de “*processo extremamente fechado*” da comissão, que *não envolveu* a sociedade na construção de seu parecer final: “*Todo o processo da comissão foi extremamente fechado*”, criticou.

“*Ninguém teve acesso. Este relatório nunca poderia ser divulgado sem haver uma discussão de avaliação com comitês do país inteiro que levantaram dados e devem ter contribuído com as principais informações deste relatório*”, completou contrariada.

Suas declarações representam uma *voz crítica* no ambiente de esquerda em relação às investigações da comissão, que se propõe a reacender o debate sobre crimes como *tortura, assassinato e ocultação de cadáveres* durante os governos militares, entre 1964 e 1985. Segundo a parlamentar, a criação da Comissão, em 2012, fomentou o surgimento de *dezenas* de comitês independentes em *universidades, sindicatos, organizações sociais, assembleias e câmaras legislativas* para investigações regionais de *violações* durante a ditadura.

No entanto, a estrutura da CNV não buscou nem *estimular* a população a “tomar as ruas” pela criminalização de *atos violentos* promovidos por militares e agentes civis do Estado brasileiro.

- *Informações da BBC Brasil e de outras agências*

As mulheres e a busca por sua autonomia num contexto permanentemente repressor

Circulam em diversos âmbitos da sociedade *discursos e práticas* machistas em apologia a **uma posição** inferior à mulher, menosprezando-a e humilhando-a. Assim, dentre diversas situações que marcam a mulher nesta condição inferiorizada, podemos mencionar que: *esta tem recebido menores salários, mesmo quando executa a mesma função que o homem; é incumbida de cuidar da família e do lar, ainda que trabalhem fora de casa.*

Nesse último caso, o trabalho doméstico não é considerado um “trabalho propriamente dito”, mas sim uma **obrigação** inerente às mulheres, sendo elas orientadas desde criança que suas ações devem ser realizadas em âmbito reservado. Por exemplo, a maioria das meninas é extremamente repreendida por adultos a não brincarem na rua, porque isso “é coisa de menino”. Ao contrário, são bastante estimuladas, no ambiente doméstico, a brincar de casinha, simulando papéis “próprios de mulheres”, tais como *fazer “comidinha”, colocar o bebê para dormir, etc.*

Toda essa opressão ainda é **justificada** por discursos religiosos que enquadram a mulher em lugar de submissão ao homem, como se verifica no seguinte texto bíblico, do apóstolo Paulo ao povo de Éfeso: *“as próprias mulheres sejam submissas aos seus próprios maridos, como ao Senhor; porque o marido é o cabeça da mulher, como Cristo é o cabeça da igreja” (Ef.5:22-23)*. Como base em discursos semelhantes, tem-se verificado no Brasil enormes entraves para aprovação de leis que garantam, em detrimento da tutela masculina, direitos às mulheres sobre o seu próprio corpo, como em relação ao aborto.

Para uma militância combativa e consciente da luta por uma sociedade justa, não devemos nos furtar a fazer análises críticas sobre o lugar que nós, mulheres, ocupamos na sociedade. É mais do que necessário dissipar a prática que **naturaliza** a relação desigual entre homens e mulheres e, em contrapartida, avançarmos na luta por **garantia de direitos** às



mulheres, para que nós não sejamos colocadas em posição subordinada em relação aos homens. E, nesta luta, é preciso evitar a homogeneização do desigual. Ou seja, embora seja cômico que há aspectos próprios a todas as mulheres, independentemente de *raça, classe social, nacionalidade, etc.*, uma militância anticapitalista (*aquela que busca, de fato, uma ruptura com o sistema que inflige exploração e desigualdades sociais em todos os níveis*) deve, prioritariamente, lutar para assegurar os interesses do grupo oprimido, que é a **classe trabalhadora**, no âmbito da qual há várias peculiaridades, como a questão de **raça** e de **gênero**.

É imprescindível lutar contra o machismo, tendo a plena **consciência** de que este fenômeno, por ser estrutural, não guia o pensamento e a prática apenas de homens, pois nossa sociedade é machista, e, conseqüentemente, muitas mulheres **também** o são, fato que ainda tem provocado muitas situações de violência à mulher. Nesse sentido, uma militância combativa precisa abolir a **naturalização da desigualdade** entre homens e mulheres, visto que a igualdade de gênero diz respeito ao direito à **liberdade** dos indivíduos, independentemente do modo como se apresentam e são apresentados/as na sociedade.

- Texto de Patrícia Félix, doutoranda em Sociologia pela UFPE.

Em memória

“Eles se foram, em circunstâncias distintas, deixando para nós o legado da luta permanente por um mundo melhor...”

▶ **Sepé Turiaju**, líder dos índios guaranis herói brasileiro, nascido nos Sete Povos das Missões, território do Rio Grande do Sul, assassinado em **Fevereiro de 1756** durante a luta de resistência contra o Tratado de Madri, na Guerra Guaranítica.

▶ **Dom Helder Camara** (o dom da Paz), arcebispo emérito de Recife e Olinda, e também defensor dos direitos humanos, nascido em **07/02/1909** na cidade de Fortaleza (CE) e falecido em 27/08/1999 na cidade do Recife (PE).

▶ **Jorge “Camilo Torres” Restrepo**, padre católico, sociólogo e membro do Exército de Libertação Nacional (ELN), nascido em 03/02/1929 na cidade de Bogotá e morto em combate no dia **15/02/1966**, na província de Santander, na Colômbia.

▶ **Francisco Julião de Paula**, advogado e dirigente máximo das Ligas Camponesas de Pernambuco, nascido na cidade de Bom Jardim no dia **16/02/1935** e falecido em 10/07/1999 na cidade de Guernavaca, no Estado de Morelos (México).

▶ **Cleto da Costa Campelo**, revolucionário tenentista e integrante pernambucano da **Coluna Prestes**, nascido no dia 29/02/1898 em Recife (PE) e assassinado a tiro de fuzil “por fogo amigo” em **18/02/1926** na cidade de Gravatá (PE).

▶ **Eduardo Collier Filho**, militante da Ação Popular Marxista Leninista (APML), nascido em 05/12/1948 e desaparecido desde **23/02/1974**, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), após ter sido preso por ação conjunta de órgãos da repressão.

▶ **Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira**, militante da Ação Popular Marxista Leninista (APML), nascido em 29/02/1948 e desaparecido deste **23/02/1974**, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), após ter sido preso por órgãos da repressão.

▶ **João Lucas Alves**, 3º Sargento da Aeronáutica e militante do Comando de Libertação Nacional (COLINA), nascido na cidade de Canhotinho (PE) em 13/11/1935 e assassinado no dia **28/02/1969** sob tortura em Belo Horizonte (MG).

▶ **Demócrito de Souza Filho**, líder estudantil da Faculdade de Direito, nascido em 1921 e assassinado a tiros de pistola na sacada do jornal Diário de Pernambuco pela polícia política do Estado Novo, em **03/03/1945**, na cidade do Recife (PE).

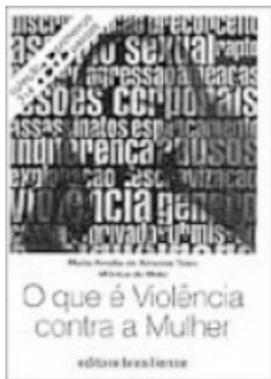
▶ **Ezequias Bezerra da Rocha**, geólogo e militante político, nascido em 24/12/1944 na cidade de João Pessoa (PB) e desaparecido desde **11/03/1972**, após ter sido preso junto com a sua companheira, na cidade do Recife (PE).

▶ **Gregório Lourenço Bezerra**, líder revolucionário e dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), nascido em **13/03/1900** na cidade de Panelas (PE) e falecido em 23/10/1983, num hospital, na cidade de São Paulo (SP).

▶ **David Capistrano da Costa**, dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), nascido em 16/11/1913 em Quixeramobim (CE) e desaparecido desde **16/03/1974**, no percurso entre as cidades de Uruguai (RS) e São Paulo (SP).

O Que É Violência contra a Mulher

De Maria Amélia de Almeida Teles



O drama da violência contra a mulher faz parte do cotidiano das cidades, do país e do mundo. É um **fenômeno** antigo, silenciado ao longo da história. Tratado como coisa natural, inerente à condição humana, *tem sido banalizado e até considerado algo menor*, sem muita importância.

Contudo, a erradicação da **violência generalizada** exige o fim da violência contra a mulher. Esse é o primeiro tipo de violência com o

qual o ser humano entra em contato, desde o início de sua infância. É *uma questão social* e impõe-se a participação de todos para sua prevenção.

Nesse trabalho, o tema é introduzido de maneira *prática e objetiva* para que o público se descubra como **agente fundamental** no processo de eliminação da violência contra a mulher, conhecida também como *violência de gênero*.

NR - Interessados devem procurar nas principais livrarias e também na Livraria Folha através do site www.livraria.folha.com.br e/ou pelo telefone 0800-140090.

Brasil lidera mortes no campo

Segundo informa a reconhecida **ONG internacional Global Witness**, o país lidera, pelo **quarto** ano consecutivo, a lista de países que mais tiveram ativistas ambientais e agrários assassinados em conflitos.

Conforme dados compilados, o Brasil está à frente de países como Colômbia (**25 mortes**), Filipinas (**15 mortes**) e Honduras (**12 mortes**). Desde **2002**, só houve um ano, **2011**, em que o país não liderou esta lista. Ao todo, **477** "ativistas ambientais ou agrários" foram assassinados desde **2002**.

Mas, a referida **ONG** ainda adverte que esses números podem estar subestimados. "*Essa é uma crise oculta que está escapando da opinião pública, primeiro porque não é monitorada de forma adequada pelos governos, e também porque muitos ativistas vivem em comunidades pobres e remotas, com acesso limitado aos meios de comunicação e à mídia*", diz o documento divulgado no início deste ano.

Os *vários movimentos* que lutam pela terra e os *povos indígenas* que também lutam por direito ao seu território não têm a quem recorrer. Esta é uma **triste verdade** que tem sido escamoteada ao longo do tempo.

Comissão reclama de sucateamento e desprezo

O relatório da *Comissão Nacional da Verdade (CNV)*, apresentado no final do ano passado, está expondo fissuras no interior do próprio governo federal. Ao comentar a recomendação feita naquele relatório para que sejam **intensificadas** as buscas aos mortos e desaparecidos nos anos da ditadura, a presidente da *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*, a procuradora regional da República *Eugenia Gonzaga*, disse que é impossível atender à recomendação com os recursos que o governo destina à realização dessas ações práticas.

Uma das principais missões da comissão presidida por *Eugenia* é a **busca** dos restos mortais dos desaparecidos. Desde sua criação, há **20** anos, ainda durante o governo do presidente *Fernando Henrique Cardoso*, essa é a primeira vez que **um** de seus integrantes se levanta para criticar a falta de prestígio e de recursos para o citado órgão. Segundo a procuradora, o **descaso** com a comissão é tão grande que ela não consegue sequer recompor seus quadros. Embora tenha **sete** integrantes, funciona há meses com apenas **seis**.

Diante dessa situação, a procuradora tem dito que é quase impossível atender à recomendação da Comissão da Verdade. "*Pela falta total de recursos e sem pessoal, a comissão já deixou de lado aquilo que seria uma de suas principais funções, segundo a lei que a criou, que é a localização dos corpos dos desaparecidos*", disse ela.

A Comissão foi criada pela **Lei 9.140**, em **1995**, com **duas** tarefas: *a de reconhecer oficialmente os casos dos desaparecidos*, permitindo às famílias obter **atestados de óbitos** e reivindicar indenizações junto ao Estado brasileiro, bem como *desenvolver todos os esforços possíveis* de localizar os restos mortais dos opositores da ditadura. Mas, isso não aconteceu, segundo a atual presidente. "*A comissão cuidou bem da questão dos atestados e certidões para as famílias, mas nunca me pareceu empenhada na busca dos restos mortais*", afirmou.

E essa crucial situação teria **piorado** nos últimos anos. O mais antigo integrante da comissão, o advogado *Belisário dos Santos Júnior*, que chefiou a Secretaria de Justiça de São Paulo, no governo de *Mario Covas*, concorda com as **reivindicações** da procuradora, esclarecendo as dificuldades pelas quais passou e ainda passa a referida Comissão. "*No caso das buscas dos mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, foi só após uma longa briga que os familiares e a comissão foram incluídos no grupo de trabalho composto para realizar as buscas*" - uma situação vexatória.

Portanto, sabe-se que **não se trata** só de encontrar os corpos. As famílias precisam ter certeza de que os restos mortais estão sendo procurados, com todas as técnicas disponíveis.

Jornal da APAP - Expediente

Diretoria Executiva: Antônio De Campos (presidente), Elvira Siqueira (secretária), Lourdes da Silva (tesoureira), Lurildo Cleano Saraiva e Audo Tarcísio de Moraes (suplentes).

Assessoria de Comunicação e Imprensa: Fátima Farias

Colaboradores: Ângela Rodrigues, Atenágoras Oliveira, José Maurílio Serapião, Lenise de Sá, Maicon Vasconcelos, Michel Zaidan Filho, Patrícia Félix, Rinaldo Ferreira, Walteir Silva.

Editores: Luiz Momesso e Socorro Abreu. **Arte e Diagramação:** João Luiz Momesso

Jornalista Responsável: Camilla Guerra (DRT/PE 1996) **Tiragem:** 1.000 exemplares por edição.

Endereço APAP: Rua Floriano Peixoto s/n - Casa da Cultura do Recife - Raio Sul, 2º andar - Cela 306 - Santo Antônio | CEP 50020.060 | Recife - Pernambuco - Brasil

Correio Eletrônico: apap.anistiape@bol.com.br | **Site:** www.anistiapoliticape.org.br

Apoio



Oito de Março
Gráfica e Editora

Rua Theodomiro Selva, 269 - IPSEP

Recife - PE | Cep: 51350-330

Fone: 81 - 3082 3326

e-mail: editoraoitodemarco@hotmail.com